

A PERSPECTIVA DE ESTADO NO LIVRO QUARTO DE DESPEJO ¹

Rebeka Lima Cavalcante (FDRP/USP)

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é compreender a construção do imaginário de Estado racializado para Carolina Maria de Jesus, a partir da análise do seu livro, *O Quarto de Despejo*, que tem como centralidade a visão da autora sobre a realidade. Por meio da noção sobre sujeito de direito que queremos apreender da respectiva obra, procuramos entender, ainda, as dimensões de violações de direitos humanos a que estão submetidas categorias sociais subalternizadas. Ademais, buscamos refletir o livro para além da dimensão literária, construindo uma abordagem que apontem sua perspectiva de texto-denúncia das mazelas sociais a que uma dada categoria social da qual faz parte, mulher negra pobre e favelada, é submetida.

A reflexão pretendida centrou-se na análise do livro Quarto de Despejo, a partir das categorias *Estado* e *sujeito de direito* e de referenciais teóricos de abordagem decolonial. Privilegiamos a revisão bibliográfica de estudos sobre a obra e sobre a biografia da autora, além de produções acadêmicas que tematizem a construção de noções de Estado, direito e sujeito em matriz pluralista e a partir da voz subalterna, em especial, da mulher negra periférica. Cabe observar que o trabalho se centra na necessidade de trazer as percepções desses sujeitos para a construção da concepção de estado que são feitas na academia.

2. SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus nasceu, em 1914, no interior de Minas Gerais, local onde passou a infância e a juventude, com a mãe e o avô materno. Mudou-se para São Paulo quando engravidou do primeiro filho. Em São Paulo, a autora viveu parte da vida na Favela do Canindé, próxima as margens do rio Tietê. Carolina que teve três filhos - todos educados sem o auxílio dos pais - mantinha a família catando papel. Por vezes, recorria ao lixo para buscar comida. No livro *Carolina Maria de Jesus: Saga da cinderela negra* é relatado que “o lixo desde então passou a ser seu ganha-pão, metáfora perfeita da circunstância socioeconômica brasileira da imensa fatia que nunca teve propriedade” (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 22).

¹ V ENADIR, GT 9 Antropologia do Estado.

Carolina, que escrevia nos cadernos que encontrava no lixo, afirmou em seu livro *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*, sua primeira obra publicada, que a escrita era o seu lema de vida. O sonho da Carolina era publicar as suas poesias e contos. A autora reconhecia o poder das suas palavras como o no trecho “as minhas palavras fere mais do que espada” (JESUS, 2007, p. 49).

Na época da publicação de sua primeira obra, Carolina fora construída pela mídia como uma pessoa exótica e favelada, estereótipo que impactava no desejo dos editores em mantê-la na publicação de livros com caráter diários, o qual divergia do desejo de Carolina de escrever obras de ficção². Tal imagem repercutiu na recepção do público literário da segunda obra da autora intitulada *Casa de Alvenaria*, que não obteve o mesmo sucesso que o anterior, já que na segunda obra, Carolina propõe uma crítica à elite brasileira, a qual a distanciava do lugar oferecido (e permitido) pela mídia, qual seja, a de porta-voz da favela. Assim, Carolina era vista mais como porta-voz de uma população negra e periférica do que como escritora. Assim, a imprensa “contratava a trivialidade de seu cotidiano como falta de argumentação política. De maneira curiosa, afinal, ela havia se tornado conhecida exatamente pela denúncia que sua história encerrava” (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 39). Da mesma forma, os críticos literários negavam o valor de sua produção, caracterizada como uma literatura pobre.

Carolina ainda escreveu outros livros, intitulado o *Provérbio* e o livro *Pedaços da Fome*. O *Pedaço da Fome*, publicado em 1963, era novela e foi apresentado pela crítica como atestado de inferioridade da escrita a autora e que por manter distanciamento da escrita da denúncia social também não obteve sucesso de público, como apontam Meihy e Levine (1994) que afirmam que Carolina “não sendo mais celebridade que denunciava de forma inédita a favela, não havia espaço para seus textos como escrita de qualidade (pp 35-36).

Carolina morreu aos 63 anos, em decorrência de uma parada respiratória. O enterro foi custeado pelos amigos, pois a família não tinha condição de realiza-lo.

3. AS NARRATIVAS DO QUARTO DE DESPEJO

O livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960, como o próprio título indica, tem como base os diários da Carolina Maria de Jesus. O diário, escrito todos os dias, era um escape da realidade, como destacamos neste trecho da obra,

² Mesmo quando Carolina alcançou sucesso com o *Quarto de Despejo*, sofreu ataque constante da mídia por não se adequar ao comportamento da elite. Assim, a escritora era constantemente apresentada como primitiva, até mesmo após a morte, os jornais referiam-se a ela como rudemente, culpando-a por ter fracassado (MEIHY; LEVINE, 1994).

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2007, p.60).

A pretensão da escritora era deixar a favela com as vendas do livro como afirma: “É que estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela³” (JESUS, 2007, p. 28). O livro fez um sucesso grande às vendas do livro superam às de Jorge Amado. Com a atenção da imprensa nacional à autora, o livro foi traduzido em 13 línguas (MEINY; LEVINE, 1994 p. 26).

O livro apresenta as experiências da favela de Canindé, situada em São Paulo, centrada no cotidiano da autora, que traz sua perspectiva sobre a realidade social e as violências a que estava submetida. O livro tem um caráter de denúncia social, evidenciado pela autora quando afirma, “vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2007, p.20).

Importante observar que havia uma divergência sobre a pretensão com a publicação do livro, entre a autora e o editor da obra, Audálio Dantas⁴, qual seja: a autora, como apontamos, pretendia a ascensão social; o editor almejava construir um livro de denúncia social. A relação entre Carolina Maria de Jesus e Audálio Dantas ao era uma relação pacífica como demonstra em seu livro, no trecho “Eu tenho impressão que estou num deserto. Tem hora que eu odeio o repórter Audálio Dantas” (JESUS, 2007, p.123).

Audálio selecionou as partes dos manuscritos da Carolina para o livro Quarto de despejo. O jornalista, como responsável pela edição, também fez algumas alterações nos trechos originais. Elzira Perpétua (2003), que analisou a obra de Carolina em sua tese de doutorado⁵, destacou três formas de mudança utilizadas pelo editor: acréscimo, substituições e supressões. A autora observa que tais mudanças foram realizadas, por vezes, para traçar o estereotipo da Carolina. “o exame do processo de substituição evidencia a intenção do editor de compor uma imagem da autora diferente da que aparece nos manuscrito” (PERPÉTUA, 2003, p. 03). Tal imagem era a de porta-voz de sua comunidade.

³ Com a venda do livro, conseguiu alcançar suas pretensões pessoais, mudar para uma casa de alvenaria. Carolina mudou-se para Santana com a família. Em Santana, Carolina era rejeitada pela vizinhança e sofria constante assédio da mídia.

⁴ O livro foi lançado com a ajuda do jornalista, o qual, inicialmente, publicou os fragmentos na Folha da Noite.

⁵ Tese de doutorado intitulada Traços de Carolina de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo, defendida em setembro de 2002 na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

O texto de Carolina sofreu supressões não só em relação à repetição dos atos cotidianos, mas, sobretudo no que concerne às reflexões sobre a vida. Segundo Elzira Perpétua (2003)

é aí que reside a maior transformação do texto processada na editoração, uma vez que o enunciado que acompanha o dia-a-dia sempre igual contém uma riqueza discursiva de observações lúcidas, carregadas de violência, humor, amargura, revolta ou resignação, que foi em grande parte suprimida (p.03).

Além do dia-a-dia de Carolina, também foi suprimida a maior parte das observações que apontam o posicionamento político da autora e que acompanha seus comentários sobre acontecimentos da época, ou seja, tais supressões alcançaram os trechos de crítica da realidade social. Assim, o livro é mais centrado no conflito da Carolina com a vizinhança, sejam nas brigas, que tem para defender os seus filhos, seja nos trechos em que ela ataca os hábitos dos favelados. Como Elzira Perpétua (2003) pontua, tais supressões e a manutenção, na publicação, de registros carregados de expressões preconceituosas e agressivas de Carolina em relação a seus vizinhos da favela e teremos, a partir dessa editoração, uma idéia incompleta e pouco lúcida de sua percepção sobre o mundo em que vive (PERPÉTUA, 2003, p. 03).

3.1 Narrativas sobre o Estado racializado

Mesmo com as alterações indicadas na seção anterior, a obra de Carolina Maria de Jesus ainda pode ser lida a partir da perspectiva de texto-denúncia das mazelas sociais a que estão submetidas uma dada categoria social, bem como do lugar do Estado nesse processo de subalternização.

O Estado, no livro Quarto de Despejo, é visto como a extensão do poder da classe branca. Carolina descreve o Estado de forma racializada. A racialização do Estado é compreendida pelo poder econômico e político ser da população branca. No texto, Carolina afirma diversas vezes que o Brasil é comanda pelo branco, como no trecho “enfim, o mundo é como o branco quer” (JESUS, 2007, p. 71).

A compreensão do Estado racializado passa também por compreender a divisão geográfica da cidade de São Paulo. A divisão espacial da cidade reflete o poder de cada raça na estrutura social. Isto corresponde a uma percepção da Carolina, quando esta narra a percepção das pessoas ao conhecerem a sua casa: “O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a

favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada” (JESUS, 2007, p. 148).

A divisão social será destacada obra por meio da ocupação do espaço geográfico. A autora reconhecerá a favela como um quarto de despejo. A classificação da cidade de São Paulo pela Carolina (2007) está evidenciada no trecho: “eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (p. 32). O quarto de despejo é retratado, assim, como o lugar onde se coloca aquilo que não tem valor para a sociedade.

A análise da Carolina revela o próprio Estado é responsável por colocar a população neste lugar. Assim, escritora descreve a favela:

Estou. Mas faz de conta que não estou, porque eu tenho muito nojo daqui. Isto aqui é lugar para os porcos aqui, haviam de protestar a fazer grave. Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só mesmo Deus para ter dó de nós (JESUS, 2007, p. 49)

A divisão do espaço geográfico pela hierarquia social está presente ao longo da narrativa. A comparação entre a cidade e a favela é constante. A cidade é um lugar acolhedor, onde Carolina “se sente no paraíso”. A favela é um lugar onde “sente repulsa”. Conforme o trecho em destaque:

Quando vou na cidade tenho impressão que estou no paraizo. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas ulceras. As favelas. (JESUS, 2007, p. 85)

No livro, escritora utiliza-se do termo cidade como algo restrito e abrangente. A cidade é o centro de comércio, onde se encontra a elite paulistana. A segunda referência recai sobre o centro de comércio e a favela, como uma unidade que é englobada pela cidade. Interessante observar que apesar do sentimento de bem-estar na cidade (centro de comércio), reconhece que a cidade como um todo está doente.

No diário, a autora responsabiliza o Estado pela condição dos moradores do Canindé. O poder estatal é ausente neste lugar. Assim, a Carolina (2007) afirma “A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram o que tem o quarto de despejo” (p. 107). Logo, à favela corresponde um local abandonado pelo Estado. Isto repercutirá na condição socioeconômica da população local, que é baixa, com restrição até o acesso à alimentação. Em diversos momentos, a Carolina recorre ao lixo para conseguir alimentar os seus filhos.

A escritora associa a miséria ao fracasso da democracia. Sobre isso, destacamos o seguinte: “no nosso paiz tudo está enfraquecido. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos franquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia” (JESUS, 2007, p. 40).

Diante disso, Carolina vincula à ausência de preocupação das autoridades políticas com a condição social da população. A miséria será evidenciada pela falta de uma alimentação adequada. O acesso à comida possui ligação, para autora, com a humanidade. A alimentação está ligada a existência como sujeito de direito, pois “devido ao custo de vida, temos que voltar ao primitivismo” (JESUS, 2007, p. 65).

Logo, diante da fome, Carolina se vê apagada como sujeito. Isto é destacado no seguinte trecho: “Quando faço quatro pratos penso que sou alguém” (JESUS, 2007, p. 50). A alimentação, no livro, é vinculada, portanto, a condição de sujeito digno. O acesso restrito a comida é vista como falência da forma de governo, isto retratado no poema destacado:

Tenho nojo, tenho pavor
Do dinheiro de alumínio
O dinheiro sem valor
Dinheiro de Juscelino. (JESUS, 2007, p. 128).

A autora vincula a democracia ao acesso ao alimento. Assim, Carolina (2007) afirma “o custo de vida faz o operario perder a simpatia pela democracia” (p. 112). Dessa forma, tal estrutura governo está falida, logo que o acesso à alimentação é restrito a uma camada. O Estado é o responsável pela situação precária da população e pela sua anulação como sujeito.

A atuação das autoridades estatais e a ausência do Estado, como garantidor de direitos, resultam não identificação dessa população como sujeito de direito. O próprio local onde esta população é um aspecto da ausência do reconhecimento como sujeito. Assim, Carolina afirma: “E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo” (JESUS, 2007, p. 38).

O Quarto de Despejo é descrito como o local onde se coloca o lixo e aquilo que é desnecessário para a sociedade. Assim, afirma “- é por isso que eu digo que a favela é o chiqueiro de São Paulo” (JESUS, 2007, p. 180). O sentimento de objeto abandono evidencia a negligência estatal diante da pobreza dessa população. Evidencia, ainda, o poder estatal como ferramenta para a manutenção do status quo.

O Estado, em vários momentos da narrativa, é evidenciado como responsável por reforçar a hierarquia social e o preconceito racial. O Estado é descrito como uma figura repressiva. A ação repressiva é destacada pela atuação das suas autoridades. O tratamento

dado à população evidencia a ação repressiva e o reforço do preconceito racial, como a atuação do guarda civil.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. **Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore.** O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma o preto em bode expiatório. **Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?** (grifo nosso) (JESUS, 2007, p. 108).

Carolina mostra, ainda, a permanência do tratamento subalterno à população negra após o fim da escravidão. Afirma a escritora: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2007, p. 32). A manutenção de tal tratamento não apenas pelas autoridades policiais, como também pelos políticos. O contato da autoridade política é caracterizado pela discriminação racismo e social. Assim, descreve o contato com um senador da época:

No sexto andar o senhor penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não me entristeço. Quis saber o que estava fazendo no elevador. Explique-lhe que a mãe dos meninos havia dado o jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador (JESUS, 2007, p. 111).

A autora observa que a população negra é perseguida por que a sua pele é “da cor da noite” (JESUS, 2007, p. 112). A relação da baixa autoestima da população negra com a ausência do Estado também é apresenta no livro. A Carolina afirma o poder político-econômico, no Brasil, é conduzido pela camada branca, “enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações” (JESUS, 2007, p.71).

Em outro momento, Carolina faz ligação direta do bem-estar da população negra com a consciência do branco. No dia 13 de maio, a escritora pede “Que deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz” (JESUS, 2007. p. 31). Isto demonstra que o poder estatal está na mão do branco, evidenciado ainda no seguinte trecho: “o Brasil é predominado pelos brancos. Em muitas coisas eles precisam dos pretos e os pretos precisam deles” (JESUS, 2007. p. 116).

No diário, há ligação direta entre o homem branco e o poder estatal, sendo entendido tais figuras, às vezes, como correspondentes. Em algumas de suas divagações, Carolina afirma “Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra, põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato e rato” (JESUS, 2007, p. 149).

Em tal trecho evidencia-se a hierarquia social relacionada ao poder econômico do branco. Tal poder reflete no tratamento dado ao negro. Assim, Carolina entende o Estado como uma extensão da atuação do branco.

A autora problematiza também ao longo de sua narrativa o tratamento dado à camada pobre é de repulsão nos períodos que não corresponde ao eleitoral. A eleição é a única época que os políticos demonstram preocupação com a favela. Conforme, a Carolina destaca no poema:

Politico quando candidato
 Promete qua dá aumento
 E o povo vê que de fato
 Aumenta o seu sofrimento!(JESUS, 2007, p.135).

A escritora evidencia a diferença da relação com dos políticos quando candidatos e quando eleitos. Após a eleição, o quarto de despejo volta ao patamar de rejeição.

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. O Senhor Cantidio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Camara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais (JESUS, 2007, p. 32).

A participação política ocorre apenas no período de eleição. A votação obrigatória apresenta-se um fardo para a população do Canindé. Assim, destacamos o trecho em que a autora aponta os “desperdícios” que as eleições representam: “Eu achei mais difícil votar do que tirar o titulo”. (JESUS, 2007, p. 125) “Mas povo não está interessado nas eleições, que é o cavalo de troia que aparece de quarto em quarto anos” (JESUS, 2007, p.44).

3.2 Narrativas sobre o (não) Sujeito de direito

O retrato do negro, no Quarto de despejo, ocorre de forma pejorativa. Isto está relacionado com tratamento dado a esta população, efeito da ausência de reconhecimento da população negra como sujeito de direito.

A imagem do negro foi, ao longo da história, construída a fim afirmar a sua inferioridade. Buscou-se justificar a exploração do continente africano. Assim, houve um esforço “científico” para investigar as diferenças raciais como forma de naturalizar as desigualdades históricas e sociais. Isto repercutiu na construção do imaginário da inferioridade do negro,

A apresentação do aspecto científico que se oferece como um suporte à ideologia racista fundamental para compreendemos como a intelectualidade, a ciência, dá seu

assentimento à ideologia tornando mais aceitáveis e “verdadeiras” as ilusões e as ideias que difunde (SANTOS, 2002, p. 60).

O racismo foi justificado pela ciência, por meio de uma desvalorização dos elementos culturais e da estética negra. Como Gislene Santos (2002) observa “é bastante adequado supor que a ideologia racista se apropriou dos valores estéticos em relação ao negro, do fascínio e mistério da África e seus habitantes exerciam transformando diferença e mistério em anormalidade e monstruosidade” (p. 60). A construção da imagem pejorativa do negro é evidente. Logo, há uma tarefa do negro de ser reconhecer como sujeito, visto que foi inferiorizado durante séculos com base em argumentos pseudocientíficos, acarretados de uma veracidade absoluta. Esta dificuldade é retratada no diário.

Carolina apresentará, no livro, o conflito com a identidade racial. A autora, em alguns momentos, enaltece a sua cor, em outros agrega ao termo negro conotação pejorativa. A visão negativa do negro será, por exemplo, reproduzida pela sua filha, Vera Lucia, quando a menina pede “Mamãe, vende eu para a Dona Julita, porque lá tem comida gostosa” (JESUS, 2007, p. 42).

Dona Julita era uma vizinha branca. Apesar de no trecho acima, não ter uma associação direta com a cor da pele, após uma leitura completa da narrativa revela-se a associação da comida gostosa com a condição racial. Visto que o acesso ao alimento era mais restrito a população negra, como demonstramos em outros trechos.

A escritora relata “eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta” (JESUS, 2007, p. 65). Neste momento, Carolina reage e demonstra o orgulho que sentia dos seus traços. Assim, pensava:

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do cabelo de branco. Porque o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (JESUS, 2007, 65).

Em outros momentos, reproduz a visão negativa. A caracterização do negro de forma pejorativa aparece na fala da Carolina ao utilizar este termo para descrever a condição precária que em vive. Assim, destacamos: “Porque negra é nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia”. (JESUS, 2007, p. 44). A contradição aparente revela a dificuldade de construção de uma identidade positiva da população negra.

A (re)produção da inferioridade do negro será apresentada pelo tratamento do Estado, como já analisamos. Carolina apresenta, no diário, o vinculo com o tratamento de menosprezo com a condição de pobreza. Assim, no livro, apresenta um vínculo entre a condição econômica e a racial. A cena a seguir relata o menosprezo dado pelos servidores públicos:

Fui no Palacio mandou-se para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com A Dona Maria Aparecida que ouvi-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como mateiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

- Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções.

- Prende ela!

Não me deixaram sair. E um soldado por a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

- Eu sou pobre, por isso é que vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantrópico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

- Chama um carro de preso! (JESUS, 2007, p.43).

A repercussão de tal ideal de inferioridade está enraizada no meio social. É uma tarefa difícil negar tal imaginário, uma vez que há um reforço continuo dessa imagem como apresenta Carolina, ao longo do texto. Destacamos a passagem: “Despertei pensando no cigano, que é pior do que negro. Não aconselho ninguém a fazer amizade com eles.” (JESUS, 2007, p. 158).

O entendimento do negro como inferior repercute sobre o acesso ao direito para esta população. Gislene dos Santos (2002) observa que o conceito de raça, vem ligado a uma valorização de uma pela outra. Assim, há um direito para cada raça conforme a sua importância, “deste modo, a cada raça cabe um lugar no mundo e seus direitos são definidos pelo grau de importância que detém na ordem evolutiva. Ou seja, cada raça teria um direito determinado pela natureza” (SANTOS, 2002, p. 49).

A distinção do direito entre brancos e pretos será retratado no livro. Carolina relata, no diário, o tratamento dado pelas autoridades aos pobres:

A sucursal do Purgatorio, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lagrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, **um expectador que assiste e observa as tragedias que os políticos representam em relação ao povo.** (grifo nosso) (JESUS, 2007, p. 54).

Ademais, a autora também destaca a dificuldade do acesso aos alimentos como no trecho: “Ela é branca. Tem direito de gastar mais” (JESUS, 2007, p. 123).

O imaginário de inferioridade do negro, na narrativa, está vinculado com a condição econômica. A ligação é representada tanto por Carolina como pela sua filha, Vera Lucia. A menina vincula a cor da mãe ao acesso a comida e o sapato, como fica evidente no trecho: “mostrei-lhe os sapatos, ela ficou alegre. Ela sorriu e disse-me: que está contente comigo e

não vai comprar uma mãe branca. Que não sou mentirosa. Que falei que ia comprar os sapatos, e comprei. Que eu tenho palavra” (JESUS, 2007, p. 68) .

O acesso aos gêneros alimentícios e ao sapato, para Vera Lucia, corresponde à dignidade. Os relatos dos diários apresentam a constante busca de Carolina para conseguir adquirir um sapato para filha mais nova. A inferioridade do negro repercutirá, assim, ao acesso a condição básica de subsistência. Em diferentes passagens, a autora remete ao sentimento de exclusão da população periférica como sujeito

(...) nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto do lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 2007, p 55).

Assim, a presença de Carolina, no mundo, é negada pela sua condição de favelada, logo que os que vivem no quarto de despejo são esquecidos. Nesse sentido, destacamos o trecho: “O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado nos rostos dos favelados.” (JESUS, 2007, p. 191).

A falta de acesso à alimentação torna-a invisível para a sociedade. Quando conseguia fazer uma refeição completa ela se sentia que era alguém. A fome faz as pessoas voltarem para o estado primitivo, logo que vão buscar alimento no lixo. Destacamos os seguintes trechos: “Quando eu lavava o feijão pensava: eu hoje parecendo gente bem – vou cozinhar feijão. Parece até um sonho!” (JESUS, 2007, p. 48).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diário é uma ferramenta para reafirmar a identidade da Carolina Maria de Jesus. No início do livro, Carolina já demonstra quem é, que afirmada por meio da apresentação do número do seu RG. Isto ocorre, logo, no começo do livro, assim “O meu registro geral é 845.936” (JESUS, 2007, p. 18). Com essa atitude Carolina busca comprovar que é um sujeito de direito, bem como a sua existência.

Carolina apresenta no diário este conflito com a identidade racial. Isto, pois em alguns momentos como apresentado anteriormente, ela apresenta a negritude como uma imagem positiva e em outros como algo negativo.

A contradição é, apenas, a exteriorização do processo de apagamento como sujeito de direito, pois ela sofre várias negações de direito devido à condição racial e econômica.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9 ed. 6 imp. São Paulo: Ática, 2007.

MEINY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro. Ed. Da UFRJ, 1994.

SANTOS G. *A invenção do Ser Negro* (um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros), São Paulo/ Rio de Janeiro, Educ./ Fapesp, 2002.